



## **ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: INDICADORES DE QUALIDADE**

Aline Ferron - UPF<sup>1</sup>

Carmen Lúcia Albrecht da Silveira - UPF<sup>2</sup>

Agência financiadora: Observatório da Educação - CAPES/Inep/CNPq

**Resumo:** Este artigo apresenta um estudo quantitativo respaldado por uma análise qualitativa de dados, mapeando os diversos fatores que não são considerados e que podem influenciar na determinação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Foram analisadas e comparadas as notas obtidas pela rede estadual e municipal de Ensino Fundamental de Carazinho/RS, se traçando uma possível correlação entre alguns indicadores que podem influenciar na obtenção destas notas, tais como: a localização geográfica, a clientela, a infraestrutura das escolas, as grades curriculares utilizadas, os investimentos governamentais e o nível de escolaridade docente. A análise conjunta destes fatores possibilita a elaboração de estratégias e políticas educacionais mais eficazes. Foram tomadas como objeto de análise deste estudo 27 escolas públicas, sendo 13 estaduais e 14 municipais. Os resultados desta pesquisa permitem a análise de indicadores que podem levar as notas obtidas no Ideb a serem consideravelmente maiores na rede estadual quando comparadas a rede municipal de ensino.

**Palavras-chave:** Educação básica. Ideb. Indicadores. Qualidade.

### **Introdução**

A história do Município de Carazinho/RS tem início por volta de 1634/35. Sua população naquela época chegou a atingir oito mil pessoas e a possuir uma escola freqüentada por 600 crianças. Em torno de 1637, uma peste dizimou grande parte da população, e uma invasão dos bandeirantes destruiu o restante da redução (IBGE, 2011).

Em 1827 um núcleo populacional ressurgiu devido ao estabelecimento de uma fazenda destinada à pecuária. Em 1872 surgiu o arraial de Carazinho, originando um novo povoamento. O principal fator de desenvolvimento econômico e social surgiu no ano de 1897, com a inauguração de um trecho rodoviário que ligava o distrito de Carazinho ao Município

---

<sup>1</sup> [aline\\_ferron@hotmail.com](mailto:aline_ferron@hotmail.com)

<sup>2</sup> [carmem.albrecht@hotmail.com](mailto:carmem.albrecht@hotmail.com)

de Cruz Alta e, por conseguinte, com o restante do Estado. Em 1931, Carazinho emancipou-se de Passo Fundo tornando-se um município (IBGE, 2011).

Atualmente possui uma população de aproximadamente 59 mil habitantes. Sua economia é voltada para a agricultura, com ênfase no plantio de soja, milho, trigo e aveia. Tem como outra importante atividade a pecuária de corte e de leite. Distante 296 km de Porto Alegre (RS), pode ser acessada pelas rodovias BR-285 e BR-386 (IBGE, 2011).

No que tange a educação, Carazinho/RS conta atualmente com 27 escolas públicas, sendo 13 estaduais e 14 municipais, onde trabalham um total de 495 professores. Estas instituições perfazem um total de 5625 matrículas e 5.381, respectivamente (MEC/Inep – Censo da Educação Básica, 2010).

No que se refere à qualidade de ensino ofertada por estas instituições, o sistema desenvolvido para quantificar a qualidade da educação básica utilizado é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Este indicador serve de referência para as metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Para este cálculo são utilizados os resultados obtidos no Censo Escolar, juntamente com outras avaliações complementares do como: o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) e as Matrizes de Referência Tópicos, Temas e Descritores da Prova Brasil (Prova Brasil) (MEC, 2011).

Os dois indicadores utilizados para monitorar o sistema de ensino consideram usualmente: a) indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e b) pontuações em exames padronizados obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio) (FERNANDES, 2007).

Porém, outros fatores que permeiam a educação no ambiente escolar também podem influenciar no andamento das atividades escolares, nas questões de rendimento dos alunos, nas taxas de abandono e repetência e na qualidade do ensino ofertado.

Neste sentido, esta pesquisa teve como principal objetivo comparar as notas do Ideb obtidas pela rede estadual e municipal de Ensino Fundamental de Carazinho/RS no ano de 2012 mapeando alguns indicadores que não constam neste sistema de avaliação e que podem influenciar/interferir diretamente no alcance destas notas.

## Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: comparativo entre redes

A seguir são apresentadas as notas obtidas pela rede municipal e estadual de ensino nos anos de 2005, 2007 e 2009 no Ideb, nas Séries Iniciais e nas Séries Finais do Ensino Fundamental, bem como as respectivas projeções das notas estipuladas pelo MEC.

**Tabela1: Nota do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) referente ao Ensino Fundamental**

**Regular - Séries Iniciais (até 4º série) na rede municipal e estadual.**

Ano	Rede Municipal			Rede Estadual		
	Projeção	Nota	Variação	Projeção	Nota	Variação
2005	-	3,7		-	4,0	
2007	3,7	4,3	16%	4,0	4,9	23%
2009	4,1	4,7	15%	4,4	5,4	23%

Fonte: Dados organizados pela autora com base no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/MEC.

Nota-se que a nota alcançada pela rede municipal em 2005 encontra-se um décimo abaixo da obtida pela rede estadual. E que a rede municipal em todos os anos apresenta valores abaixo do que aqueles obtidos pela rede estadual. Ambas as redes alcançaram nos anos de 2007 e 2009 notas maiores que as projetadas pelo Ministério da Educação (MEC), nesta modalidade de ensino.

**Tabela1: Nota do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) referente ao Ensino Fundamental**

**Regular – Séries Finais (5º a 8º série) na rede municipal e estadual.**

Ano	Rede Municipal			Rede Estadual		
	Projeção	Nota	Variação	Projeção	Nota	Variação
2005	-	4,0		-	4,1	
2007	4,0	4,1	3%	4,1	4,2	2%
2009	4,2	4,0	(5%)	4,2	4,3	2%

Fonte: Dados organizados pela autora com base no Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/MEC.

Nota-se que a nota alcançada pela rede municipal no ano de 2005 encontra-se um décimo abaixo da obtida pela estadual, e que ambas as redes alcançaram no ano de 2007 notas maiores que as projetadas pelo MEC. Já em 2009 a nota da rede municipal ficou dois décimos abaixo da meta projetada, obtendo a mesma média do ano de 2005. Neste mesmo ano de 2009 houve um aumento de um décimo na rede estadual em relação à projeção.

Quando comparadas ao Ensino Fundamental Regular Séries Iniciais (até 4º série) houve um aumento significativo das notas da rede estadual, e houve um regresso nas notas da municipal.

As notas do Município são de modo geral mais baixas do que as do Estado nas duas modalidades de ensino, desta forma surge o questionamento sobre quais os fatores que levaram o Município a ter obtido as piores notas no Ideb. Quais os indicadores não considerados que interferem no processo educativo e no ambiente escolar que levam as escolas municipais a um pior desempenho nas notas neste sistema de avaliação?

### **Indicadores de qualidade: aspectos a serem considerados**

O primeiro ponto que deve ser considerado é a localização geográfica das escolas municipais e estaduais como fator de interferência nestes resultados. Conforme a UNESCO (pág. 56, 2004), “A vida de uma escola costuma ser, por diversas razões, influenciada diretamente pelo fato de estar situada em determinado município, de determinada região”.

Em Carazinho as escolas estaduais possuem melhor posicionamento geográfico do que as municipais. As escolas estaduais estão, em sua maioria, inseridas nas vias arteriais (grandes avenidas que ligam os bairros ao centro e regiões da cidade entre si) enquanto as municipais localizam-se em vias locais (ruas que dão acesso a áreas restritas, dentro do próprio bairro). Este fato pode fazer com que os alunos que residem no centro ou ao seu redor tenham melhor condição de acesso a escolas estaduais, uma vez que, as matrículas são efetivadas por zoneamento, pelo endereço de aluno.

Outro ponto que não pode deixar de ser analisado e relativo à questão anteriormente citada é a clientela. Não pode se deixar de questionar a possibilidade de que os alunos que frequentam as escolas melhores posicionadas possuam melhores condições de alcançar os resultados esperados nestas avaliações do que os alunos que residem nas periferias. A origem social dos alunos é um fator que neste caso deve ser considerado? Este fator poderia contar nas metas de projeção estipuladas pelo MEC?

De acordo com o Portal da Transparência, no ano de 2010 o Governo Federal repassou R\$ 2.642.480,00 referentes ao Programa Bolsa Família ao Município de Carazinho. Não houve um cruzamento de dados que comprovasse quantos alunos que possuem a concessão deste benefício estavam realmente matriculados em cada modalidade e rede de ensino neste mesmo ano. Portanto, os dados encontrados por esta pesquisa necessitam de maiores

investigações a fim de que as especificidades relativas a esse assunto sejam comprovadas e conclusivas.

Poderíamos considerar também, como um indicador de qualidade na educação, as condições de trabalho dos professores e alunos, principalmente no que se refere ao seu espaço de trabalho, a escola. Conforme Moraes (p. 7, 2002):

“... o Programa FUNDESCOLA desenvolveu um trabalho focalizando os *padrões mínimos de funcionamento da escola de ensino fundamental*, no que diz respeito ao ambiente físico escolar, o que inclui *espaços educativos, mobiliário e equipamento escolar e material didático e escolar*”.

De acordo com os Indicadores de qualidade na gestão/Ação educativa desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Inep/MEC com base no conceito utilizado pela Fundescola (p. 41, 2004):

“Ambientes escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com flores e árvores, móveis, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola, com recursos que permitam a prestação de serviços de qualidade aos alunos, além de boas condições de trabalho aos professores, diretores, funcionários em geral”.

De acordo ainda com estes mesmos indicadores, na gestão do espaço escolar é preciso estar atento para que: exista um bom aproveitamento dos recursos existentes (que podem ser insuficientes, mas com o cuidado de serem bem aproveitados); que haja uma organização que favoreça o convívio entre as pessoas e possibilite condições para o desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem e; por fim, a qualidade dos recursos, no sentido deles responderem a necessidade do processo educativo e do envolvimento da comunidade, se estão bem organizados, cuidados e bonitos (MEC, 2007).

Ainda de acordo com a esta proposta, nesta dimensão os itens fundamentais para se avaliar o ambiente escolar são: 1) Suficiência: disponibilidade de material, espaço ou equipamento quando for necessário utilizá-los; 2) Qualidade: adequação do material à prática pedagógica (boas condições de uso, conservação, organização, entre outros) e 3) Bom aproveitamento: valorização e uso eficiente de tudo aquilo que se possui (MEC, 2007).

No que se refere especificamente a infraestrutura das escolas, as estaduais geralmente possuem uma maior área física do que as municipais. Este maior espaço possivelmente pode interferir em um maior número de salas e espaços educativos (como salas de informática e

bibliotecas), de modo que possa ocorrer uma melhor distribuição dos ambientes. Com exceção de apenas uma escola municipal que possui quadra esportiva coberta, o estado possui quatro escolas.

Neste sentido, surge outro questionamento: será que os investimentos governamentais fornecidos às escolas estaduais podem ser maiores que os investimentos repassados as escolas municipais?

De acordo com o Gráfico 1 do Portal da Transparência, no ano de 2010, o Governo Federal repassou R\$ 1.022.669,48 referentes à área da educação ao Município de Carazinho/RS.

**Gráfico 1 – Distribuição do repasse de verbas destinadas à educação ao Município de Carazinho/RS ano de 2010.**



**Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal (Ano 2010).**

Os valores repassados de R\$ 408.720,00 (código 8744) que se refere à ação Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, de R\$ 290.786,82 (código 09CW), de à ação Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica (Promed) e de R\$ 39.155,56 (código 0969) a ação Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica (PNATE) foram concedidos a Prefeitura Municipal de Carazinho/RS. Já o valor de R\$ 284.007,10 (código 0969) da ação Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica (PDDE) foi distribuído diretamente para as escolas municipais e estaduais de Carazinho. Os investimentos governamentais por modalidade e rede de ensino no ano 2010 com base nestas informações ainda não são conclusivos.

Em uma análise preliminar e parcial de dados é oportuno considerar que o Município de Carazinho/RS investiu em 2010 um percentual de 25,87% de sua arrecadação tributária em Educação, isso equivale a um investimento de R\$ 12.562.098,47 (Mimeo, 2012). Este valor

atinge o que prevê o Art. 212 da Constituição de 1988, que determina a aplicação de “no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

A grade curricular utilizada por ambas às redes de ensino e as diferenças existentes entre elas também devem ser analisadas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996, p. 14), através do Artigo 26, prevê que:

“Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela”.

O mesmo artigo estipula que os currículos devem, obrigatoriamente, abranger o estudo da língua portuguesa, matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. Bem como, o ensino da arte a fim de promover o desenvolvimento culturais do aluno, a educação física integrada a proposta pedagógica da escola, a história que deverá levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro e a parte diversificada, que deverá obrigatoriamente, a partir da quinta série, ensinar uma língua estrangeira moderna a escolha da comunidade e dentro das possibilidades da instituição.

Na tabela abaixo serão apresentadas as bases curriculares da rede estadual com suas respectivas matérias e cargas horárias.

**Tabela 1 – Base curricular do Ensino Fundamental – Anos Finais - da rede estadual.**

Disciplinas/Turmas	Número de períodos				CH Anual
	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	
Língua Portuguesa e Literatura	5	5	4	4	} 800 horas
Artes	2	2	2	2	
Educação Física	2	2	3	3	
LEM – Língua Inglesa	2	2	2	2	
Ciências Físicas e Biológicas	3	3	3	3	
Matemática	5	5	4	4	
História	2	2	3	3	
Geografia	3	3	2	2	
Ensino Religioso	1	1	1	1	
LEM – Língua Espanhola	-	-	1	1	

Fonte: Secretaria Estadual de Educação (39ª CRE).

Na tabela abaixo serão apresentadas as bases curriculares da rede municipal.

Tabela 2 – Base curricular do Ensino Fundamental – Anos Finais – da rede municipal.

Componentes curriculares	Carga horária semanal por série			
	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
Base Nacional Comum				
Língua Portuguesa	03	03	03	03
Matemática	04	04	04	03
Ciências	02	02	02	02
História	02	02	02	02
Geografia	02	02	02	02
Artes	02	02	01	01
Educação Física	02	02	02	02
Sub-total	17	17	16	16
Componentes obrigatórios				
Educação Religiosa*	01	01	01	01
Língua Estrangeira	01	01	02	02
Sub-total	02	01	03	03
Parte diversificada				
Literatura Infanto-juvenil e Produção Textual	01	01	01	01
Total	20	20	20	20

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Carazinho/RS (SMEC).

Ao se comparar as grades curriculares adotadas pela rede estadual e municipal nota-se que ambas as redes possuem praticamente a mesma base curricular, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Ao se comparar os Regimentos Escolares, mais especificamente, a grade curricular utilizada, nota-se que existe diferença no número de períodos de português e matemática nas 5<sup>as</sup> e 6<sup>as</sup> séries. Enquanto o Estado oferece cinco períodos semanais o Município oferece quatro períodos.

Porém, quando comparadas às cargas horárias, não apresentam diferenças significativas. Enquanto no Estado os períodos são de 45 minutos, no Município os períodos são de 55 minutos. Contabilizados por semana, o efetivo trabalho em sala de aula atinge 220 e 225 minutos, respectivamente. Nas 7<sup>as</sup> e 8<sup>as</sup> séries, não existem diferenças significativas na carga horária destas disciplinas.

Outra grande diferença entre as escolas estaduais e municipais é o sistema utilizado na escolha de seus diretores e de sua equipe diretiva. Enquanto no Estado quem escolhe os seus representantes é a comunidade na qual está escola está inserida (próprios professores, pais e alunos), é a indicação política ao cargo de diretor que ainda prevalece no Município. Este fato não torna a educação tendenciosa, no sentido de que, a cada quatro anos possa ocorrer uma ruptura no andamento das atividades escolares conforme a escolha do partido eleito, de forma que cada partido tenda a pregar a cada nova gestão sua concepção política?

Ainda no que se refere à questão da influência da política na educação, existe ainda um ponto a ser considerada. O Município, por estar mais perto de seus eleitores, pode estar mais pressionado, no sentido da cobrança da população, não criando barreiras e entraves quanto ao acesso e permanência dos alunos nas escolas. Não poderia estar sendo feita, desta forma, uma seleção destes alunos por parte da rede estadual?

Não pode deixar de ser considerado nesse estudo um importante indicador de qualidade: o nível de escolaridade dos professores atuantes em ambas as redes de ensino. Para determinar o nível de formação dos professores das redes estadual e municipal da básica do Município de Carazinho/RS foram utilizados os dados do Educacenso 2010.

O Educacenso 2010 considerou como função docente o trabalho nos mais diferentes níveis e modalidades de ensino e em mais de um estabelecimento, podendo o mesmo docente atuar tanto nas séries iniciais quanto nas séries finais da educação básica. Por este motivo, pode haver discrepância entre os dados do número total de professores e os dados que consideram as suas funções docentes (MEC, 2011).

Na tabela 1 são apresentados os níveis de escolaridade dos 495 docentes que atuaram nas 27 escolas públicas de ensino fundamental no ano de 2010.

Nota-se que em ambas as redes não havia nenhum profissional com apenas o Ensino Fundamental e que na rede estadual ainda existe um educador em atividade cuja formação se limita ao Ensino Médio. Com formação no Ensino Médio Normal/Magistério havia vinte e três professores atuantes na rede estadual comparado a apenas um docente com este mesmo nível de escolaridade na rede municipal. A maior parte dos educadores de ambas as redes possuem Ensino Superior, 212 profissionais na municipal e 266 na estadual.

Na tabela 1 são apresentados os níveis de escolaridade dos 495 docentes que atuaram nas 27 escolas públicas de Ensino Fundamental no ano de 2010.

**Tabela1: Número de professores distribuídos por nível de escolaridade e por rede de ensino.**

<b>Escolaridade</b>	<b>Rede Municipal</b>	<b>Rede Estadual</b>
<b>Fundamental</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Médio</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
<b>Magistério</b>	<b>2</b>	<b>23</b>
<b>Superior</b>	<b>212</b>	<b>254</b>
<b>Total</b>	<b>214</b>	<b>278</b>

Fonte: Dados organizados pela autora com base no “Censo do Professor” fornecido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Das duas redes, aquela que atingiu a meta prevista na Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) foi a municipal. Esta Lei prevê a formação de todos os professores com habilitação específica de nível médio normal/magistério em até cinco anos após sua publicação, prazo que já se expirou.

De acordo com esta mesma Lei, pode-se comprovar também que ambas as redes atingiram a meta de ter 70% do quadro de professores com formação específica em nível superior, antes do prazo de dez anos (Lei Nº 10.172, 2001).

Estas médias também estão muito próximas daquelas estabelecidas na Política Nacional de Formação de Professores, instituída pelo Decreto 6.755/2009, que prevê um regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas da educação básica. Esta ação também faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que entrou em vigor em abril de 2007 (MEC, 2011).

Nota-se pelos resultados que Carazinho/RS apresenta bons resultados quando comparados às metas do Plano Nacional de Educação (PNE), quanto ao nível de formação de seus professores.

No sentido restrito a formação dos profissionais da educação, realmente a formação do professor implica diretamente no seu desempenho/empenho em sala de aula?

De acordo com os dados divulgados pelo Educacenso 2007, cerca de 600 mil professores que atuam na rede pública não possuem graduação ou atuam em áreas diferentes das licenciaturas em que se formaram (MEC, 2011). Poderia, portanto um professor que não é formado na disciplina que ministra dedicar-se mais do que um formado justamente para suprir esta deficiência?

Outra importante questão que não pode deixar de ser analisada é a meritocracia. Não seria a avaliação continuada dos profissionais da educação, com bonificações em seus salários, um incentivo a melhores práticas educativas em seu ambiente de trabalho?

Ou a soma dos fatores acima mencionados revela um problema de gestão na rede municipal de Carazinho?

As questões aqui colocadas não podem deixar de ser analisadas concomitantemente, pois a educação não é um ato isolado. Para que ambas as redes possam evoluir na questão de colocação no Ideb deve-se abrir um grande debate acerca destas questões a fim de se diagnosticar qual o motivo real, ou a soma deles, possa ocasionar diferenças nas notas obtidas no Ideb.

## **Considerações Finais**

Conclui-se com este estudo que existem vários aspectos referentes à qualidade do processo educativo e do próprio ambiente escolar que interferem diretamente nas notas obtidas pelas escolas e pelas redes escolares no Índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), e que não são considerados por este sistema de avaliação.

Os principais fatores apontados por este estudo e que deveriam ser considerados como indicadores no que se refere à qualidade da educação são: a localização geográfica, a clientela, a infraestrutura das escolas, as grades curriculares utilizadas, os investimentos governamentais efetuados e o nível de escolaridade docente dos profissionais atuantes. A análise conjunta destes fatores possibilita a elaboração de estratégias e políticas educacionais mais eficazes.

E estudo apontou que quando comparadas as modalidades de ensino, houve um aumento significativo das notas da rede estadual nas séries finais, enquanto houve um regresso nas notas da rede municipal.

Como parte da explicação destas diferenças nas pontuações obtidas, no que se refere à localização geográfica o Estado possui um maior número de escolas em vias arteriais enquanto no Município localizam-se em vias coletoras. Quanto à questão da infraestrutura as escolas estaduais possuem estruturas maiores, fato este que pode interferir em uma melhor distribuição das salas e espaços escolares.

Não houve um cruzamento de dados que comprovasse questões referentes à clientela e aos valores totais dos investimentos governamentais efetuados por ambas as redes em seus sistemas de ensino. Portanto, os dados encontrados por esta pesquisa necessitam de maiores investigações a fim de que as especificidades relativas a esse assunto sejam comprovadas e conclusivas.

Em outra direção, o estudo aponta que o maior desafio das políticas educacionais para formação dos docentes que atuam nas redes de ensino público do município de Carazinho/RS relaciona-se centralmente com a formação continuada. Sobretudo quando consideramos que a formação inicial em nível superior beira a universalização entre os professores efetivos atuantes na Educação Básica.

Os resultados até aqui obtidos não conduzem a respostas definitivas sobre os reais motivos que levam uma rede a obter melhores resultados nas notas no Ideb do que outra. Porém, a apresentação de inúmeros indicadores que não são considerados por este sistema de avaliação e que podem comprovadamente influenciar/interferir na obtenção destas notas tanto

por parte dos alunos, como pelas escolas, merecem especial atenção. Assim, se o texto apresenta resultados de um estudo com base em inquietações de pesquisa, também apresenta novos horizontes e possibilidades de pesquisa.

## Referências

BRASIL. **Documentação Territorial do Brasil** – município de Carazinho/RS. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, s/d.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Presidência da República, 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em 17/03/2012.

BRASIL. **Estabelecimento de Ensino./ RS/2010**. Secretaria de Educação. Departamento de Logística e Suprimentos. Divisão de Tecnologia da Informação. Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC).

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Carazinho: Rio Grande do Sul/RS**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/carazinho.pdf>>. Acesso em: 29/07/2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBE Cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=430470#topo>>. Acesso em: 29/07/2011.

BRASIL. Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC). **Censo Escolar da Educação Básica. 2010**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 29/07/2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. 2010. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb\\_5ed.pdf?sequence](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf?sequence)>. Acesso em: 19/08/2011.

BRASIL. **Lei Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**: Presidência da República Federativa do Brasil, Subchefia para assuntos jurídicos, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 20/08/2011.

BRASIL. **Matrícula Inicial por Etapa/Modalidade de Ensino./ RS/2010**. Secretaria de Educação. Departamento de Logística e Suprimentos. Divisão de Tecnologia da Informação. Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC).

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Indicadores Demográficos e Educacionais**. Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/4304705>>. Acesso em: 19/12/2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Plano Nacional de Formação de Professores.**

Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13583&Itemid=970](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13583&Itemid=970)>. Acesso em: 20/08/2011.

BRASIL. **Professores em Exercício (em sala de aula) / RS/2010.** Secretaria de Educação. Departamento de Logística e Suprimentos. Divisão de Tecnologia da Informação. Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC).

BRASIL. **Professores em Exercício por escolaridade / RS/2010.** Secretaria de Educação. Departamento de Logística e Suprimentos. Divisão de Tecnologia da Informação. Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ministério da Educação (MEC).

BRASIL. INEP/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Coordenadores). **Indicadores da qualidade na educação.** Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_indqua.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf)>. Acesso em 15/03/2012.

BRASIL. PORTAL DA TRANSFERÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Total destinado à ação Bolsa Família.** Disponível em:

<<http://www.portaltransparencia.gov.br/PortalTransparenciaListaFavorecidos.asp?Exercicio=2010&SelecaoUF=1&CodUF=0&SiglaUF=RS&NomeUF=RIO GRANDE DO SUL&ValorUF=&ValorTodosMun=&CodMun=8591&NomeMun=CARAZINHO&ValorMun=3461674674&CodFuncao=08&NomeFuncao=Assistência Social&CodAcao=8442&NomeAcao=Bolsa Família&ValorAcao=2.642.480,00>>. Acesso em: 15/03/2012.

BRASIL. PORTAL DA TRANSFERÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Carazinho (RS), Total recebido por área: total destinado a área educação.**

<<http://rs.transparencia.gov.br/Carazinho/receitas/por-area/acoes?exercicio=2010&funcao=12>>. Acesso em: 15/03/2012.

BRASIL. PORTAL DA TRANSFERÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL. **Carazinho (RS), Total recebido por área: total destinado a área educação.**

<<http://rs.transparencia.gov.br/Carazinho/receitas/por-area/areas?exercicio=2010>>. Acesso em: 15/03/2012.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).**

Disponível em:

<[http://www.odetemf.org.br/curriculo/ideb\\_indice\\_de\\_desenvolvimento\\_da\\_educacao\\_basica.pdf](http://www.odetemf.org.br/curriculo/ideb_indice_de_desenvolvimento_da_educacao_basica.pdf)>. Acesso em 14/03/2012.

JUSBRASIL LEGISLAÇÃO. **Legislação brasileira atualizada diariamente. Decreto Nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009.** Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/92458/decreto-6755-09>>. Acesso em: 20/08/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO (RS). **Relatório resumido da execução orçamentária.** Carazinho: Mimeo, 2010.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE CARAZINHO (39ª CRE). **Base Curricular da Rede municipal de ensino.** Carazinho: Mimeo, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARAZINHO (SMEC). **Base Curricular da Rede municipal de ensino.** Carazinho: Mimeo, 2010.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam: Perfil dos professores.** Pesquisa Nacional UNESCO. São Paulo: moderna, 2004.